

**“O ESTORVO” –
EM DEFESA DE UMA ABORDAGEM
PRAGMÁTICO-LINGÜÍSTICA DOS TROPOS**

Deborah Lee Fernandes
Universidade Federal do Pará

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de lançar luz sobre alguns problemas de ordem teórica na abordagem dos tropos, especialmente a metáfora e a ironia, bem como de tentar demonstrar que apenas no escopo da Pragmática Lingüística é que estes fenômenos, historicamente rebeldes diante da investigação lingüística, poderão ser melhor compreendidos.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática Lingüística; implícito; tropos.

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de mettre en lumière quelques problèmes d'ordre théorique concernant l'étude des tropes, en particulier la métaphore et l'ironie. On essaiera de montrer que c'est seulement dans le cadre de la Pragmatique Linguistique que l'on peut comprendre de tels phénomènes, historiquement réfractaires aux investigations linguistiques.

MOTS-CLÉS: Pragmatique Linguistique; implicite; tropos.

«Nous ne vivons pas seulement de pain, d'algèbre et d'exégèse, mais de toute parole qui vient du cœur de nos semblables et qui pénètre jusqu'au nôtre. Si la rhétorique est l'art de faire valoir cette parole, ni la logique ni la dialectique ne prévaudront jamais contre elle¹»

Ferdinand Brunetière

¹ “Nós não vivemos apenas de pão, de álgebra e de exegese mas sim, de toda palavra que vem do coração dos nossos semelhantes e que penetra até o nosso. Se a retórica é a arte de fazer valer esta palavra, nem a lógica, nem a dialética jamais prevalecerão sobre ela”.

Obs.: Todas as traduções feitas a partir do francês, ao longo deste trabalho, são da autora.

No desenvolvimento de nossas reflexões sobre as limitações do ensino tradicional da língua materna em abordar de maneira eficiente os aspectos da língua ligados a seu uso efetivo nas relações de interlocução e à maior parte dos recursos que ela dispõe a seus usuários – como língua viva, pulsante, que serve para agir sobre o outro, seduzir, argumentar, manipular, defender e preservar, fazer arte, fazer humor e, essencialmente, como elemento constituinte do próprio sujeito; a partir da evidência, em nossas observações², da alta incidência de fenômenos implícitos nas produções verbais em situações de sala de aula e, finalmente, objetivando entender os mecanismos de produção e interpretação de tais fenômenos, acabamos nos deparando com um verdadeiro estorvo teórico: a compreensão do mecanismo de funcionamento e do lugar que deveriam ocupar, no campo do implícito, os tropos.

O objetivo deste nosso escrito é o de lançar luz sobre alguns problemas de ordem teórica na abordagem lingüística dos tropos, bem como, de tentar demonstrar que apenas no escopo da Pragmática Lingüística é que estes fenômenos poderão ser melhor compreendidos pois, temos certeza, será pela teorização adequada da linguagem viva, da linguagem em uso, que retiraremos o implícito do exílio ao qual ele foi condenado pela Gramática Normativa que reina soberana, ainda e infelizmente, nas salas de aula de língua materna e o reincorporaremos aos conteúdos didáticos oficiais.

OS TROPOS

Os tropos se caracterizam, basicamente, pelas propriedades de desvio e de substituição. O sentido literal é

² Realizamos, durante três meses, observações em duas turmas de quinta série (escola pública e escola particular), em aulas de Língua Portuguesa, com o objetivo de identificar a ocorrência de fenômenos implícitos da linguagem em interações verbais entre alunos/alunos, professor/alunos e alunos/professor, bem como, de observar o tratamento pedagógico (ou a ausência dele) dado a este tipo de fenômenos.

deslocado e substituído, em contexto, pelo sentido figurado. Esta substituição se dá segundo processos diferentes, dependendo do tropo em questão: analogia, no caso da metáfora (“A mãe dele é uma leoa!”), contigüidade, no caso da metonímia (“Um copo d’água”), inclusão, no caso da sinédoque (“O Brasil ganhou quatro copas do mundo”), inversão, em grande parte dos casos de ironia (“Que dia maravilhoso, não?”³) etc.

Dito de outra forma, os tropos operam, a partir desta propriedade de substituição, uma inversão na hierarquia usual dos níveis semânticos: o valor derivado toma o lugar do valor primitivo. Este funcionamento típico dos tropos impõe ao interlocutor, no caso de uma conversação cooperativa⁴, que o encadeamento se dê a partir do conteúdo derivado, já que ele destitui completamente o valor primitivo (cf. Kerbrat-Orecchioni, 1982, 1986 e 1994). Assim sendo, quando o locutor diz que uma determinada mãe é uma leoa, ele não espera que seu interlocutor a imagine como sendo um animal quadrúpede, que possui garras e é provido de uma pelagem dourada, mas como alguém que protege seus filhos (suas *crias*, para continuarmos no nível do metafórico) acima de tudo. Do mesmo modo, ele espera que o interlocutor entenda que o copo não é feito de água mas que contém água, que o Brasil a que ele se refere é a equipe de futebol e não o espaço geográfico denominado Brasil e que para ele, locutor, um dia cinza e úmido é algo horrível.

³ Quando enunciado, por exemplo, num dia cinza e úmido por alguém que, declaradamente, detesta dias cinzas e úmidos já que, certamente, existem pessoas que consideram um dia cinza e úmido como algo agradável, apazível.

⁴ O princípio que rege a conversação, segundo Grice (1979), é o “Princípio de Cooperação” ao qual, supõe-se, todos os participantes de uma conversação aderem: “Que sua contribuição conversacional corresponda ao que lhe é exigido, no estágio atingido por esta, pela finalidade ou na direção aceitos da troca falada na qual você se engajou” (p. 61).

Conhecidos desde a Antigüidade, os tropos, assim como a própria Retórica, nem sempre gozaram de uma boa reputação⁵. Sua utilização foi, durante muito tempo, arduamente combatida. Toda uma tradição filosófica racionalista contra-indicava seu uso em discursos autorizadamente sérios por considerar que eles — sendo vistos como meros ornamentos do discurso, logo ligados à diversão, ao prazer e ao engodo — ameaçavam, de alguma forma, a expressão lógica do pensamento (cf. De Man, 1992).

Esta visão teve como principal conseqüência uma ostensiva negligência em relação a uma investigação mais consistente destes fenômenos, tanto do ponto de vista filosófico como do ponto de vista lingüístico. Apesar disso, entretanto, ao longo do tempo, a Retórica despertou o interesse de alguns estudiosos⁶ que acabaram repatriando os tropos, retirando-os da "periferia ornamental do discurso" (Meyer, 1982) e dando-lhes uma respeitabilidade maior não só no domínio da Lingüística e da Filosofia da Linguagem, como também, de outras disciplinas⁷. No entanto, a retomada de interesse

⁵ Um breve apanhado de algumas expressões e termos citados em alguns artigos que versam sobre o tema será bastante significativo para demonstrar a qualidade da reputação concedida, historicamente, aos tropos: "ervas daninhas", "monstruosidades", "lapso", "desejo perverso de enganar ou incitar", "impulsos estéticos", "problema disseminador e desagregador", "contrabandistas", "abusos", "frívolas, perigosas, logicamente incorretas", "ameaça", "poder de sedução", "proliferação" e "instrumento de erro e engano", apenas para citar alguns. (cf. Sacks, 1992).

⁶ Dentre eles, Caim Perelman que criou, nos anos 50, a *Nova Retórica*, disciplina que visava reabilitar a Retórica que, desde Platão, era vista como ligada à *manipulação dos espíritos*.

⁷ Este é o caso da Psicologia do Desenvolvimento, por exemplo, que, até então, por considerar os tropos como meros adornos e, como tal, marginais a um tratamento da mente humana, havia negligenciado o desenvolvimento de pesquisas neste campo (cf. Gardner & Winner, 1992). A retomada do interesse pelos tropos se refletiu, nesta disciplina, na realização de vários trabalhos relacionados à aquisição e à evolução da linguagem figurada, especialmente da metáfora (cf. Gombert, 1990).

pelos tropos não assegurou a resolução de uma série de problemas teóricos que sempre os rondaram⁸.

Se, classicamente, o *calo teórico* dos tropos se localizava na definição de uma taxonomia — e várias foram as propostas de classificação feitas ao longo da história — atualmente, dentro do quadro teórico específico da Pragmática Lingüística, o que se discute é a especificidade do funcionamento destes fenômenos e sua categorização, dentro do campo do implícito. Neste trabalho, considerando nossa opção teórica, abordaremos este segundo viés.

FENÔMENOS IMPLÍCITOS DA LINGUAGEM? DE QUE TIPO?

Tomamos como indiscutível o fato de os tropos serem fenômenos implícitos da linguagem já que *outra coisa*, que não aquela contida no sentido literal do enunciado, é dita⁹. No entanto, as questões teóricas essenciais que se apresentam são se os tropos formariam uma categoria específica, distinta das pressuposições e dos subentendidos, se nestas categorias estaria incluído ou, ainda, se não formariam uma categoria própria, mas apenas um modo de funcionamento interpretativo que poderia, diante de certas condições, ser aplicado tanto às pressuposições como aos subentendidos.

Que não se trata de pressuposições, isso parece ponto pacífico e evidente, pois a competência lingüística, sozinha,

⁸ "As metáforas, os tropos e a linguagem figurada de modo geral têm sido um problema perene e, às vezes, uma fonte reconhecida de dificuldades para o discurso filosófico e, por extensão, para todos os usos discursivos da linguagem, inclusive a historiografia e a análise literária" (De Man, 1992:19)

⁹ Fazemos esta afirmação apesar de Davidson (1992), filósofo da linguagem, partir da tese de que as metáforas, por exemplo, "significam aquilo que as palavras, em sua interpretação mais literal, significam, e nada mais do que isso" (pp. 35). Black (1992), por sua vez, atará duramente esta tese, demonstrando sua insustentabilidade.

não seria suficiente para acessar o conteúdo comunicado por um tropo — se o interlocutor, por exemplo, não partilhar, com o locutor, um conjunto de conhecimentos sobre o mundo e uma série de informações enciclopédicas e, ainda, se ele não levar em consideração as leis de discurso, dificilmente poderá apreender a intenção daquele em veicular uma ironia quando lhe diz que o dia cinza e úmido está maravilhoso¹⁰.

Um tropo aciona, sempre e invariavelmente, um processo interpretativo que objetiva a reconstrução das intenções do locutor¹¹. O que se questiona é, justamente, se o processo interpretativo dos tropos respeitaria as mesmas condições do processo interpretativo dos subentendidos — compreendidos aqui, frisamos, na concepção griceana de implicações conversacionais¹².

Muitas são as divergências encontradas na literatura a este respeito. Alguns autores, como o próprio Grice (1979), Eco (1995) e Moura (1999), dentre outros, colocam os tropos, ou pelos menos alguns deles, ainda que incidentalmente, como pertencentes à rubrica *subentendidos* (implicações conversacionais/implicaturas). Outros, entretanto, formulam

¹⁰ "Em geral, e com algumas restrições óbvias, deve ser verdadeiro que todo uso literal da linguagem é acessível a todos os falantes de uma língua. Porém, um uso figurado pode ser inacessível a todos, menos àqueles que compartilham o mesmo conhecimento, as mesmas crenças, intenções e atitudes" (Cohen, 1992:15).

¹¹ "Uma metáfora é um convite obrigatório à descoberta (...) Ouvimos uma metáfora e nos transformamos em um gato atrás de um rato. Damos o bote" (Swanson, 1992:165).

¹² Segundo Grice (1979), há dois tipos de implicações, cada um governado por regras específicas e diferentes umas das outras. Às implicações convencionais correspondem os casos onde "o sentido convencional das palavras utilizadas servirá não apenas para determinar o que é dito, mas igualmente, o que é implícito" (pp. 60) e são governadas unicamente por regras lingüísticas. As implicações conversacionais dependem, por sua vez, necessariamente, de certos "traços gerais do discurso" e são governadas por regras da conversação.

hipóteses diferenciadas tanto para os tropos no seu aspecto geral, como para alguns tropos em específico.

Sperber & Wilson (1978, 1979), visando desenvolver um quadro teórico que sustente a formulação de uma *retórica cognitiva* (Sperber, 1975) e buscando depreender as operações cognitivas e os respectivos processos mentais que são acionados no momento da apreensão do sentido, acusam Grice de ter operado uma extensão abusiva do cálculo dos subentendidos a fenômenos distintos destes, como os tropos.

O ponto de partida destes autores é a evidência de que o mecanismo dos subentendidos é essencialmente diferente do mecanismo trópico. No caso dos primeiros, o conteúdo implícito vem se acrescentar ao conteúdo literal. Nos caso dos últimos, porém, o conteúdo implícito destitui o conteúdo literal e o substitui, invariavelmente. *Desvio e substituição*: as duas propriedades características e intrínsecas aos tropos.

Um outro argumento dado por Sperber & Wilson se refere ao posicionamento de Grice de que os tropos se produziram, considerando-se que sua falsidade patente os caracteriza e denuncia, pela infração a uma e só uma máxima conversacional: a *máxima da qualidade*. Segundo Sperber & Wilson, porém, essa não seria uma condição suficiente para se identificar a existência de um tropo e, muito menos, para que se pudesse estabelecer um tratamento unificado de todas as figuras de linguagem. E mesmo que outras máximas conversacionais fossem infringidas, um outro argumento seria, segundo os autores, suficiente para se recusar a hipótese de Grice já que, no caso dos subentendidos, uma máxima é infringida para que outra seja respeitada e no caso dos tropos, a infração de uma máxima é confirmada, jamais corrigida.

Finalmente, Sperber & Wilson questionam a categorização proposta por Grice para as máximas conversacionais

e afirmam que todas elas poderiam ser absorvidas por uma única máxima: a *máxima da pertinência*¹³.

Eles concluem, então, que o processo de interpretação dos enunciados, e não apenas daqueles fundados sobre a linguagem figurada, dar-se-ia a partir do *axioma de pertinência*, ao qual o interlocutor recorreria, nos seguintes termos: "o locutor fez o melhor que pôde para produzir o enunciado mais pertinente possível" (1979:89).

A partir destas reflexões sobre os tropos, os autores acabam por desenhar uma nova teoria geral da interpretação dos enunciados, bastante distinta daquela proposta por Grice (cf. Sperber & Wilson, 1986). Esta teoria, de inspiração eminentemente cognitivista, tem por objetivo central "identificar os mecanismos subjacentes, ancorados na psicologia humana, que explicam como os humanos se comunicam entre eles" (1986:55) e privilegia, conseqüentemente, a descrição dos processos mentais envolvidos no processo de apreensão do sentido, em detrimento daqueles relativos ao funcionamento especificamente lingüístico do enunciado. Trata-se, portanto, apesar de avanços inegáveis, de uma abordagem mais psicológica que lingüística que, por esta razão, não responde aos nossos propósitos.

Outra tentativa de dar conta do funcionamento vertiginoso dos tropos, desta vez, dentro de um arcabouço teórico eminentemente pragmático-lingüístico, foi a realizada

¹³ "Ser pertinente é (...) levar o ouvinte a enriquecer ou a modificar seus conhecimentos e suas concepções. Este enriquecimento ou esta modificação se faz por um cálculo cujas premissas são fornecidas pelo conhecimento partilhado, pelo enunciado e, se for o caso, pela enunciação" (1979:90). Em outras palavras, quanto maior for o número de *conseqüências pragmáticas* (as implicações de correntes do enunciado, do conhecimento partilhado e, eventualmente, da enunciação) que um enunciado acarrete no ouvinte e quanto menor for o número de informações que ele contenha, mais pertinente ele será.

por Kerbrat-Orecchioni (1982, 1986, 1994). Para esta autora, os tropos não se definiriam como uma categoria do implícito mas como um "caso particular de seu funcionamento" (1986:145).

Partindo da descrição básica dos tropos clássicos, considerando as já citadas propriedades de desvio e de substituição, Kerbrat-Orecchioni acredita que alguns fenômenos próprios ao campo da Pragmática Lingüística poderiam ser abordados dentro da concepção tradicional dos tropos.

Segundo ela, no funcionamento trópico, o conteúdo primitivo (literal) é destituído, sendo degradado em conteúdo conotado, enquanto que o conteúdo derivado (não-literal), substituindo o conteúdo primitivo, é promovido a conteúdo denotado¹⁴. Ou seja, o conteúdo implícito, normalmente conotado, é convocado, na situação de enunciação, a ser compreendido denotativamente e, desta forma, a direcionar o encadeamento discursivo.

Além dos tropos clássicos, uma outra categoria é sugerida pela autora: os *tropos pragmáticos* (1982) ou *tropos não-clássicos* (1986). Esta nova categoria se organizaria em quatro grupos distintos:

¹⁴ A autora adota as seguintes definições (1996:97-98): Conteúdo literal – inscrito na seqüência em razão de uma regra lingüística estável; sua decodificação depende apenas da competência lingüística. Ele é primeiro e imediato. Conteúdo não literal (ou derivado de discurso) – incorpora-se, em contexto, aos conteúdos literais. É mais ou menos instável e inédito. Sua decodificação é mediata, secundária e relativamente aleatória. Conteúdo explícito – constitui, a princípio, o verdadeiro objeto do dizer. Conteúdo implícito – não constitui, a princípio, o verdadeiro objeto do dizer mas se atualiza, subrepticamente, por intermédio dos conteúdos explícitos. Conteúdo denotado – constitui, em co(n)texto o objeto verdadeiro da mensagem, do qual ele garante a isotopia. Conteúdo conotado – valor adicional, periférico, marginal em co(n)texto. Assim sendo, segundo a autora, nem todo valor literal e explícito (é o caso dos pressupostos) e nem sempre um valor explícito é denotado (como comprova, sempre segundo ela, o funcionamento trópico).

a) Tropo Ilocutório

É o termo adotado pela autora para se referir aos *atos indiretos de fala*, nos termos definidos por Searle (1979). A inversão se daria nos níveis de conteúdo ilocutório: o valor ilocutório primitivo sendo substituído pelo valor ilocutório derivado.

b) Tropo Implicativo

A defasagem também se referiria aos níveis de conteúdo mas, desta vez, o conteúdo proposicional é que seria afetado em sua hierarquia usual: o conteúdo implícito abandonaria sua posição normalmente marginal e seria promovido a conteúdo essencial.

O tropo implicativo se subdividiria, por sua vez, em:

b1) Tropo Pressuposicional

"O tropo começa a partir do momento onde o sujeito decodificador não somente focaliza sua atividade interpretativa sobre o conteúdo pressuposto, mas postula, ainda, a hipótese de que é justamente este conteúdo que o emissor quis lhe transmitir prioritariamente" (1986:117).

b2) Tropo referente a um Subentendido

Obedeceria às mesmas regras da subclasse precedente com a diferença, porém, de que o conteúdo subentendido é que seria, neste caso, elevado à condição de conteúdo principal.

c) Tropo Ficcional

Inerente ao discurso de ficção. O desvio, neste caso, se instauraria entre o "parecer discursivo" (o referente existindo realmente, enquanto universo de experiência) e o "ser discursivo" (o referente existindo apenas "de mentirinha").

d) Tropo Comunicacional

Neste caso, o nível dos "actantes da enunciação" é que sofreria o processo. Este modo de funcionamento ocorreria quando, em função de pressões do contexto, se instauraria uma inversão da hierarquia dos níveis de destinatário "cada vez que o destinatário, que em virtude dos marcadores de

alocução desempenha o papel de destinatário direto, se constitui na verdade num destinatário secundário, sendo que o verdadeiro alocutário é, de fato, aquele que ocupa, aparentemente, o lugar de destinatário indireto". (1986:131)

Resumidamente, segundo a autora, a identificação do funcionamento trópico, pelo interlocutor, dependeria, necessariamente, de um cálculo que se daria a partir de índices para-textuais (prosódicos), cotextuais e contextuais, onde interviriam as competências enciclopédica e/ou (para) lingüística e/ou lógica e/ou retórico-pragmática, além da competência lingüística, é evidente. Assim sendo, entender um enunciado trópicamente significaria impor um incremento ao trabalho interpretativo.

Esta proposta, bastante original na medida em que restitui o lugar dos tropos na análise pragmático-lingüística contém, entretanto, segundo nosso ponto de vista, alguns pontos nebulosos.

Em primeiro lugar, a hipótese de que os fenômenos implícitos, divididos quase que unanimemente pelos teóricos em duas categorias, pressupostos e subentendidos, poderiam, "sob a pressão de certos fatores co(n)textuais" (1994:57), funcionar trópicamente esbarra na mesma objeção feita por Sperber & Wilson a Grice: de que o tipo de funcionamento trópico é bastante distinto do funcionamento das pressuposições e dos subentendidos já que, no caso destes últimos, não há a substituição de um conteúdo por outro, mas uma adição: o conteúdo literal não é destituído, apenas complementado. Desta forma, afirmar que um subentendido pode se atualizar trópicamente é o mesmo que afirmar que seu funcionamento constitutivo pode ser alterado, quando teríamos, ao invés de adição, substituição.

Além disso, no caso da pressuposição, a exigência do funcionamento trópico por um cálculo interpretativo que faça intervir não apenas a competência lingüística, nos parece, descaracterizaria a pressuposição como tal, dentro do conceito

por nós aceito neste trabalho, a saber, como fenômeno acarretado *automaticamente* pelos valores literais de um enunciado e dependente, por conseqüência, *apenas* da atuação da competência lingüística do falante.

Parece-nos, ainda, que o encadeamento do discurso, pelo interlocutor, a partir de um conteúdo pressuposto dependeria mais da decisão deste em correr o risco da polêmica, que sempre se instaura quando o conteúdo pressuposto serve de base para o encadeamento do que de um cálculo que seria indicado pelos índices paratextuais, cotextuais ou contextuais. Até porque se a característica básica da pressuposição é a de aprisionar o interlocutor num determinado universo discursivo, as razões que levariam o locutor a desejar que o encadeamento discursivo se desse justamente sobre estes valores parecem ser difíceis de identificar. Se, como a autora afirma, o que caracterizaria um tropo pressuposicional seria o fato de o interlocutor entender como prioritário o conteúdo pressuposto, toda pressuposição seria, a um certo nível, trópica visto que, de acordo com um dos princípios básicos da Pragmática Lingüística, toda produção lingüística é intencional¹⁵ — e nos parece evidente que quando um locutor profere um enunciado que veicula uma pressuposição, ele espera que seu interlocutor entenda esta sua intenção. Admitir que a pressuposição se dá à margem do discurso, como o que assumimos, em consonância com as propostas de Ducrot (1984, 1991), não significa dizer que ela não tenha um aspecto prioritário — até porque, é sua identificação e a compreensão de que ela aprisiona o interlocutor num determinado quadro

¹⁵ O conceito de *intencionalidade* permeia toda a Pragmática Lingüística. Para Searle (1972), por exemplo, falar uma língua é adotar *intencionalmente* uma forma de comportamento regido por regras; e Anscombe (1979:65) chega a falar, inclusive, de uma "semântica intencional", onde "o sentido dos enunciados é a descrição das intenções que ele apresenta como sendo as que motivaram sua enunciação"; e a afirmar que a Pragmática é "o estudo dos valores intencionais ligados à enunciação".

discursivo que contra-indica que todo e qualquer encadeamento se dê a partir dela. E esta é uma de suas características fundadoras.

No caso dos atos indiretos de fala (tropo ilocutório, na terminologia adotada por Kerbrat-Orecchioni), por sua vez, a descrição clássica de seu funcionamento (Searle, 1972) já seria, na nossa opinião, suficiente para explicar as razões que levam a que o encadeamento se dê, obrigatoriamente, a partir do conteúdo derivado e não a partir do conteúdo primitivo. É preciso ressaltar que, segundo Searle (1979:164), no ato de fala indireto "o locutor quer dizer o que ele diz, mas quer também dizer outra coisa". Ou seja, mais uma vez, não há substituição mas adição. Em relação ao encadeamento, podemos dizer que são as características próprias ao funcionamento do ato indireto de fala e seu respectivo cálculo interpretativo a partir das máximas conversacionais que definem sua quase obrigatoriedade, e não um cálculo outro, adicional, como seria o caso de um suposto cálculo próprio à identificação de um tropo, segundo o que afirma Kerbrat-Orecchioni. A recusa, pelo interlocutor, em encadear seu discurso a partir de um ato de fala indireto é, inclusive, algo tão inesperado que chega a ser quase anômalo, podendo originar outros efeitos de sentido, como o humor, por exemplo:

(01) Enquanto se reúnem em duplas para a realização de uma tarefa, os alunos fazem muito barulho, arrastando as cadeiras. O professor reage:

- Cadê a educação de vocês?

[um aluno] — Tá lá em casa! [risos]

É evidente que, neste caso, não se trata de uma pergunta mas de uma advertência. O aluno, respondendo — provavelmente por uma questão de conveniência — ao conteúdo primitivo e não ao conteúdo derivado e subvertendo, deste modo, a "ordem natural" deste tipo de fenômeno lingüístico com sua recusa deliberada em aplicar as máximas

conversacionais e a garantir, desta maneira, uma conversação cooperativa, desencadeia um efeito cômico¹⁶.

Finalmente, a ausência de tratamento, pela autora, dos tropos clássicos¹⁷ acaba por não desatar o nó teórico imposto pelas figuras de linguagem.

Entendendo que o estudo pragmático-lingüístico dos tropos clássicos, dada sua alta ocorrência na linguagem ordinária, é de fundamental importância para uma maior compreensão dos fenômenos implícitos e que será apenas a partir desta maior compreensão que poderemos propor soluções didáticas eficientes para o ensino da língua materna, trabalharemos, aqui, com as reflexões de alguns autores sobre duas figuras de linguagem: metáfora e ironia.

A escolha por trabalharmos com estes tropos, excluindo outros, tão importantes quanto estes, deve-se a dois fatores: primeiro, porque nossa reflexão tem por objetivo não o estudo do implícito em si e por si, por mais que a discussão a respeito deste tema nos pareça imprescindível, mas a viabilização de sua utilização pedagógica. Neste sentido, a abordagem da metáfora e da ironia nos parece suficiente para os nossos propósitos imediatos. Em segundo lugar, esta escolha se deu por um zelo de coerência acadêmica, já que estas duas figuras

¹⁶ Segundo Armengaud (1981) este é um caso típico de "ex-comunicação conversacional", onde o interlocutor se recusa, propositadamente, a ser cooperativo e pertinente. Segundo ela, "na origem de tais situações, onde se opera uma estratégia sutil de anulação da fala do outro, pode haver uma questão de status social ou de lugar" (pp.7). E este parece ser o caso já que, brincando com os recursos implícitos da linguagem, o aluno consegue destituir o professor de sua autoridade.

¹⁷ Quando ela se refere à ironia, por exemplo, ela se restringe ao conceito de antífrase — conceito este nem de longe aceito por muitos dos teóricos que já se dedicaram ao assunto. Ela chega a salientar, inclusive, que não entraria em detalhes nos problemas levantados por esta figura (1986:10).

receberam um tratamento pragmático-lingüístico compatível com as opções teóricas por nós assumidas.

SOBRE A METÁFORA

O termo metáfora vem do grego *metaphora* e significa "transporte". Trata-se de uma figura de linguagem onde, segundo a tradição da Retórica Clássica, uma palavra recebe, em um enunciado, um sentido diferente daquele que ela possui usualmente. Haveria uma transferência de significado que operar-se-ia por uma relação de analogia. Para Aristóteles, por exemplo, a elaboração de uma boa metáfora dependeria da capacidade do locutor em ponderar semelhanças e em ter um *insight* de similaridades (cf. Ricoeur, 1992:146) Assim, quando um aluno se refere a uma aluna, nos seguintes termos:

(02) "Lá vem a formiguinha!"

qualquer falante de português compreenderia, a partir do reconhecimento da absurdidade do enunciado¹⁸, que o sentido literal é diferente do sentido intencionado pelo locutor que, por sua vez, pretende, nesta enunciação metafórica, ressaltar algumas características da referida aluna, tais como a agilidade de movimentos e a hiperatividade. Isso, ainda que não se tenha explicitado que a aluna é de baixa estatura, magrinha e rápida no falar e no agir.

As grandes questões teóricas que cercam o estudo da metáfora se referem à descrição dos processos envolvidos na sua produção e na sua interpretação e que permitem que o

¹⁸ "Para interpretar metaforicamente um enunciado, o destinatário deve reconhecer sua absurdidade: se ele fosse entendido no sentido literal, teríamos um caso de anomalia semântica ('a rosa desmaia'), uma auto-contradição ('a fera humana'), ou uma violação da norma pragmática da qualidade, portanto, uma asserção falsa ('esse homem é uma fera!')." (Eco, 1995:115)

interlocutor tenha acesso, apesar da distância flagrante entre sentido literal e sentido implícito, à intenção comunicativa do locutor.

Até o advento da Pragmática Intencional, duas teorias, uma decorrente da outra, tentavam descrever a metáfora: a teoria comparativista e a teoria da interação semântica.

Segundo os comparativistas, herdeiros das idéias primeiras de Aristóteles, uma metáfora colocaria sempre em jogo uma comparação ou uma semelhança entre, pelo menos, dois objetos. O desvio, característica típica dos tropos, se daria no nível da denominação. Deixar-se-ia de atribuir a uma coisa a sua denominação habitual para designá-la por meio de uma palavra emprestada, de uma palavra *estranha*. O objetivo desta transferência estaria ligado ao princípio da economia: ela viria preencher uma lacuna lexical surgida a partir da necessidade de denominar adequadamente novas coisas, idéias ou experiências ou, ainda, de reelaborar o discurso.

Por outro lado, segundo a teoria da interação semântica, o que definiria o sentido metafórico não seria mais a palavra, mas a sentença como um todo. Haveria um processo de interação que consistiria não simplesmente na substituição de uma palavra por outra, mas na interação entre um sujeito e um predicado lógicos. A idéia de desvio permanece, mas ele se daria não mais em relação à denominação, e sim, em relação à estrutura predicativa. A produção do sentido seria, então, transmitida pelo enunciado como um todo e não apenas por uma palavra. Operar-se-ia, desta forma, uma *mudança semântica* no nível do sentido:

(...) o significado metafórico não consiste meramente em um choque semântico mas em um novo significado predicativo que surge a partir do colapso do significado literal, isto é, do colapso do significado que se obtém se confiarmos apenas nos valores lexicais usuais ou comuns de nossas palavras. (Ricoeur, 1992, p. 148)

Fazendo oposição a estes dois posicionamentos, encontra-se a teoria da metáfora de Searle (1979). Para ele, “a metáfora é um caso particular do problema geral que consiste em explicar como o sentido do locutor e o sentido da frase ou da palavra podem divergir” (pp.122). Em outros termos, a metáfora é um caso particular do problema do implícito.

Segundo ele, tanto a teoria comparativista quanto a teoria da interação semântica são inadequadas para explicar a questão fundamental que é imposta pela metáfora, a saber, como, na enunciação metafórica, um locutor, enunciando “S é P”, pode querer dizer “S é R”; e como ele consegue, apesar da distância patente entre sentido literal e sentido intencionado, comunicar esta intenção a seu interlocutor.

Em linhas gerais, para este autor, a grande deficiência da primeira das teorias citadas seria a de considerar a metáfora como uma comparação implícita, onde os termos comparativos seriam apagados e onde o aspecto da semelhança não seria especificado. Ou seja, a metáfora consistiria na ausência de um dos dois termos da comparação e, sobretudo, de todo termo comparativo. Assim sendo, “*Lá vem a formiguinha*” seria equivalente, dentro daquela concepção, a “*lá vem a aluna que, em alguns aspectos não especificados, parece uma formiguinha*”. Logo, segundo a proposta comparativista, o que diferenciaria um enunciado metafórico de um enunciado literal seria a estrutura elíptica. E, por mais que o próprio Searle reconheça a importância da semelhança no processo metafórico, ela não poderia ser, segundo ele, jamais, por si só, decisiva.

Em relação à teoria da interação semântica, a maior objeção apontada por este autor se refere à idéia de que a mudança de sentido dos itens lexicais, dada por uma suposta interação semântica entre eles, é que definiria a metáfora. Para ele, não é verdadeira a afirmação de que o sentido metafórico do enunciado é o resultado de uma interação semântica entre os elementos da frase. O sentido metafórico do enunciado seria, de fato, o resultado de uma mudança, de

um desvio. Porém, esta mudança não se daria no nível dos itens lexicais, mas sim, entre a intenção do locutor e a palavra (ou frase) por ele utilizada para expressar esta intenção:

A enunciação metafórica significa efetivamente alguma coisa de diferente do sentido das palavras e do sentido da frase, mas a razão disso não é que o sentido dos elementos lexicais mudou; a razão disso é que o locutor quer dizer alguma outra coisa através deles; o sentido do locutor não coincide com o sentido da frase ou da palavra" (1979, p. 133).

Além disso, sempre segundo Searle, a idéia de que haveria, necessariamente, na metáfora, dois objetos a se comparar, onde algumas características pertencentes ao primeiro seriam transferidas para o segundo, não se sustenta. Assim, num enunciado do tipo:

(03) "Fulana é um avião",

qualquer falante médio do "português-brasileiro" entenderia a intenção do locutor, que poderia ser parafraseada por "*Fulana tem um corpo escultural*", apesar de a comparação entre os dois termos ser teoricamente impossível — já que um avião não possui nenhuma característica que possa ser comparada a um corpo considerado como escultural. Isso vem confirmar a tese de Searle de que mesmo que o enunciado de semelhança, na enunciação metafórica, possa ser falso, a asserção metafórica continua sendo verdadeira. E, apesar de concordar com os comparativistas que a semelhança tem um papel importante na enunciação metafórica (ela funcionaria como uma estratégia de compreensão e não como um constituinte do sentido) e que a interpretação de uma enunciação metafórica depende, como acreditam os adeptos da teoria da interação semântica, do contexto, para Searle, estas duas características, não são suficientes para diferenciar a metáfora nem das enunciações literais nem de outros fenômenos implícitos, como os atos indiretos de fala, por exemplo.

Uma teoria da metáfora deveria, deste modo, demonstrar em quê consistiria a diferença da metáfora em relação a outros fenômenos lingüísticos (literais ou implícitos), bem como, descrever os princípios de funcionamento distintivos responsáveis pela produção e pela compreensão de metáforas.

Searle se preocupará, então, em descrever tanto as estratégias como os princípios de funcionamento (cf. 1979:153-60) que permitem não só a formação como a interpretação de enunciações que se dão sob a forma "S é P" e onde o locutor, partilhando um conhecimento lingüístico comum com o interlocutor, intenciona dizer, metaforicamente, "S é R" (e onde P é necessariamente diferente de R). Concluindo suas reflexões, Searle destaca três aspectos imprescindíveis para a produção e/ou interpretação de enunciações metafóricas:

- a) "devem existir estratégias comuns a partir das quais o auditor [interlocutor] possa reconhecer que a enunciação não é tomada no sentido literal. A estratégia mais comum, senão a única, está fundada sobre o fato que a enunciação é manifestamente defeituosa, se tomada literalmente"¹⁹;
- b) "devem existir princípios comuns que associem o termo P (quer trate-se de seu sentido, de suas condições de verdade ou de sua denotação, no caso de haver uma) com um conjunto de valores possíveis de R";
- c) "devem existir estratégias comuns que permitam ao locutor e ao auditor [interlocutor], a partir de seus conhecimentos do termo S (quer trate-se do sentido da expressão ou da natureza do referente, ou dos dois), de restringir o campo de valores possíveis de R com valor real de R. O princípio

¹⁹ A absurdidade do enunciado pode ser indicada por uma falsidade manifesta, por uma absurdidade semântica, pela violação das regras dos atos de linguagem ou pela violação dos princípios conversacionais da comunicação.

fundamental desta etapa é que apenas os valores possíveis de R, determinado propriedades possíveis de S, podem ser valores reais de R" (op. cit.: 161).

Em relação ao que mais nos interessa nesta nossa reflexão, a saber, a identificação da especificidade da enunciação metafórica em relação às enunciações literais e aos atos indiretos de fala, por exemplo, Searle, distinguindo sentido da frase (sentido literal) e sentido da enunciação (sentido intencionado pelo locutor) demonstra que, enquanto que nas enunciações literais estes dois sentidos são coincidentes (o locutor diz "S é P" e quer dizer, efetivamente, "S é P"), nos atos indiretos de fala o sentido da enunciação compreende o sentido da frase e o ultrapassa (o locutor quer dizer o que diz mas quer dizer, também, outra coisa). Finalmente, no caso da metáfora, como vimos, o acesso ao sentido da enunciação se dá a partir do reconhecimento da absurdidade do sentido literal, que é "abandonado" em favor de um outro sentido, o sentido da enunciação.

A análise pragmático-lingüística proposta por Searle vem preencher lacunas sérias no estudo da metáfora e, também, no campo do implícito com um todo. Distinguindo a metáfora dos atos indiretos de fala e das enunciações literais, ele a insere, definitivamente, no campo do implícito respeitando, entretanto, suas especificidades que, como acreditamos, a diferenciam, como tropo que é, tanto das pressuposições como dos subentendidos.

SOBRE A IRONIA

A ironia é um fenômeno que há muito vem despertando o interesse de estudiosos de diversas áreas do conhecimento (Filosofia, Lingüística, Psicanálise, Teoria Literária²⁰ etc.) e que, normalmente, tem sido abordado sob dois pontos de vista

²⁰ Remeter-se, a este respeito, à excelente lista de referências bibliográficas em Brait (1996).

distintos: ora como atitude ou posição filosófica²¹ (ligada à zombaria, à polêmica, ao humor provocativo, à subversão às normas vigentes), ora como procedimento verbal. Este interesse difuso e generalizado acabou acarretando, ao longo do tempo, um "crescimento quase canceroso do conceito de ironia" (Muecke, 1970). Como consequência, vários fenômenos que apresentariam apenas uma relação tênue entre eles, passaram a ser designados com *irônicos*. Assim, muitas vezes, a ironia é compreendida como sinônimo de humor, de insinuação, de zombaria e de impertinência²². Ela pode estar, certamente, ligada a todos estes efeitos de sentido mas não se confunde com eles. Como a metáfora, a ironia possui características que lhe são próprias e que a definem como fenômeno único. No sentido de circundá-la em consonância com nossas opções teóricas, abordaremos a ironia sob o viés lingüístico, como procedimento verbal.

Classicamente, a ironia é definida como uma figura de linguagem onde haveria uma inversão total de sentidos: o sentido figurado comunicaria exatamente o contrário do sentido literal; a antífrase sendo sua propriedade constitutiva. Assim, no seguinte exemplo:

(04) Durante uma aula onde os alunos estavam especialmente agitados, o professor se dirige a uma aluna que, normalmente faladeira, esteve toda a aula silenciosa:

²⁰ Remeter-se, a este respeito, à excelente lista de referências bibliográficas em Brait (1996).

²¹ Para Aristóteles, por exemplo, a ironia era considerada como um atitude intelectual, própria a um tipo específico de homem, o ironista. Sócrates, por sua vez, via a ironia como instrumento de polêmica, enquanto que no século XIX, a ironia romântica, considerada como elemento que garantiria ao poeta a liberdade de expressão, caracterizou a postura filosófica do idealismo alemão.

²² "Assim, o conceito de ironia, a qualquer tempo, é comparável a um barco ancorado que o vento e a corrente, forças variáveis e constantes, arrastam lentamente para longe de seu ancoradouro" (Muecke, 1970:22).

“- Mirem-se na C., tão quietinha ela, hoje.
 [outros alunos, em tom de zombaria] – Pois é, né?
 -... Aluna direita, séria... [em tom irônico]
 [C.] – É sim! [em tom muito sério]
 [N.] – Todo mundo tá estranho nesta sala!”

o professor teria querido comunicar justamente o contrário do que enunciou literalmente, ou seja, que C. não é uma aluna nem direita, nem séria²³. O encadeamento discursivo, tanto da própria aluna como o de sua colega N., confirma que a intenção do professor foi compreendida. É evidente que temos, neste exemplo, um enunciado irônico, onde a antífrase é evidente. No entanto, muitos autores criticam a definição da ironia como reduzida à antífrase. Segundo Sperber e Wilson (1978), por exemplo, a concepção clássica da ironia é muito restrita e sua caracterização é sumária demais.

O que é consensual, entre os diferentes autores que discordam da definição clássica reducionista (ironia = antífrase), é a afirmação de que um enunciado irônico coloca sempre em jogo uma incongruência, uma ambigüidade, um contraste, um conflito entre uma realidade e uma aparência, em termos filosóficos, ou entre a enunciação e o enunciado, em termos lingüísticos: “a noção de contradição está no coração do conceito de ironia” (Brait, 1996:61). Segundo Searle (1979), ainda, o que caracteriza um enunciado irônico é que, se tomado literalmente, ele nunca convém à situação na qual é enunciado.

Falar ironicamente significa dissimular. Mas esta dissimulação só tem razão de ser se puder ser desmascarada pelo interlocutor. É algo cuja construção depende justamente de sua desconstrução. Trata-se de um jogo comunicativo entre locutor e interlocutor onde, deste último, é exigida uma

²³ E, note-se, os itens lexicais escolhidos na construção da ironia desencadeiam, ainda, numa outra camada interpretativa que denuncia uma insinuação pois, em nossa cultura, uma mulher que não é nem direita e nem séria goza, invariavelmente, de má reputação.

participação tão ativa quanto a do primeiro. A esperada atuação do interlocutor é o fator que diferencia a ironia da mentira — enquanto que na primeira o interlocutor é valorizado, suposto capaz de compreender os índices que a denunciam (uma certa entonação, um gesto, um item lexical) e visto como perspicaz o suficiente para participar da construção do significado irônico, na última, ele é desqualificado, já que intencionalmente enganado (Kerbrat-Orecchioni, 1978). Trata-se de um jogo comunicativo paradoxal, lúdico e prazeroso que já havia sido observado por Freud, que afirmou que a ironia desencadearia prazer toda vez que o interlocutor se mostrasse capaz de entendê-la como uma “representação pelo contrário”.

Do ponto de vista lingüístico-pragmático, a análise mais consistente, a nosso ver, para o fenômeno da ironia, vem de Ducrot (1984) e de sua Teoria Polifônica da Enunciação.

Afirmando que o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação, Ducrot afronta um postulado até então amplamente aceito em Lingüística, a saber, o postulado da unicidade do sujeito falante, segundo o qual cada enunciado possui apenas um autor:

Eu estou tentando descobrir no sentido dos enunciados um comentário da enunciação mais fundamental do que o que se expressa na realização dos atos ilocutórios: estes aparecem como um fenômeno secundário, derivado a partir de uma realidade mais profunda, a saber, a descrição do dizer²⁴ como uma representação teatral, como um polifonia²⁵.

²⁴ Dizer: referente à enunciação. Dito: referente ao enunciado.

²⁵ Apesar de o termo *polifonia* ter sido “pinçado” por Ducrot da obra de Mikhail Bakhtin, seu grande inspirador na análise polifônica da língua foi Charles Bally que, já no início do século, antecipara a idéia de que várias vozes poderiam estar na origem da enunciação: “Foi lendo Bally, e especialmente o início de *Linguistique Générale et Linguistique Française* (1ª parte, 1ª seção), que fui levado a esboçar uma teoria lingüística da polifonia” (Ducrot, 1989:165).

Nesta representação teatral, pelo menos três tipos de personagens, cujas vozes podem se confundir e se confrontar, entram em cena: o sujeito falante [S], o locutor (L) e o enunciador (E).

O sujeito falante é o autor empírico do enunciado, o ser físico, pertencente à realidade do mundo que articula sons e profere enunciados. Por outro lado, tanto locutor quanto enunciador são seres do discurso, sendo que enquanto o primeiro, autor das palavras, é o responsável pelo *dizer*; o segundo se apresenta como uma "pessoa completa" a quem o locutor atribui sentimentos, vontades e a expressão de certos pontos de vista; a quem é relegada a responsabilidade pelo *dito*. Na comparação com a realidade teatral, Ducrot dirá que "o enunciador está para o locutor assim como o personagem está para o autor" (pp. 205). É importante ressaltar que nem sempre o locutor é assimilado ao sujeito falante (são os casos do discurso relatado em estilo direto)²⁶ e que, o locutor, mesmo tendo a possibilidade de recusar a responsabilidade pelo ponto de vista expresso pelo enunciador, será sempre o responsável pela enunciação.

Tendo esses pressupostos básicos como ponto de partida, Ducrot dará um tratamento muito particular à ironia, inspirando-se na análise proposta por Sperber e Wilson (1978), que partem da noção de "menção" — tradicionalmente ligada apenas ao discurso reportado direto — e afirmam que a ironia, assim como o discurso reportado em estilo livre, seria um tipo de menção implícita da proposição, uma menção-eco, um fenômeno verbal acarretado por um processo citacional²⁷:

²⁶ Há o caso, ainda, de enunciações que não são produtos de uma subjetividade individual, como por exemplo, enunciados do tipo "A Terra é redonda", definidos como *históricos* por Benveniste.

²⁷ "Compreender a ironia como uma 'menção' significa distanciar-se da concepção retórica tradicional que a coloca como 'figura pela qual se diz o contrário do sentido literal' e aproxima-se de uma perspectiva pragmática" (pp.52).

O locutor faz eco a uma proposição de uma maneira própria a manifestar que ele a desaprova, seja (...) porque a ela falta verdade (e, conseqüentemente, pertinência) seja (...) porque a ela falta diretamente pertinência. Para o destinatário, compreender tais enunciados é reconhecer, ao mesmo tempo, seu caráter de menção-eco e a atitude do locutor para com a proposição que ele menciona. Toda interpretação é decorrente deste duplo reconhecimento. (pp. 408)

A atitude do locutor, num enunciado irônico, em relação à proposição que ele menciona, é sempre a de ridicularizá-la, de considerá-la como absurda. Daí, provavelmente, a freqüente aproximação da ironia com o humor e com a zombaria. Além disso, a interpretação de enunciados irônicos desencadeia, invariavelmente, subentendidos (pp. 406) — em particular, insinuações.

Ducrot proporá uma versão para a tese destes autores, criticando, justamente, o emprego da noção de *menção*. Para ele, a ironia não poderia ser considerada como estando no mesmo campo do discurso reportado, por exemplo, já que "não há nada de irônico em reportar que alguém proferiu um discurso absurdo" (pp. 210). O que ocorre no discurso irônico é que uma voz, que não é a do locutor e que profere coisas absurdas, se faz escutar:

Falar de maneira irônica acontece para um locutor L, que apresenta a enunciação exprimindo a posição de um enunciador E, posição pela qual, como se sabe, o locutor L não se responsabiliza e, mais que isso, toma-a por absurda (pp. 211).

Ou seja, ao locutor é atribuída a responsabilidade apenas pelas palavras, nunca pelos pontos de vista manifestados por estas palavras — estes são relegados ao outro personagem, ao enunciador. E o que acusa a distinção entre locutor e enunciador, num enunciado irônico, é a presença de alguns

índices, como a entonação, a mímica e o uso de axiológicos. E é justamente essa distinção, entre estes dois personagens do discurso, que permite, segundo Ducrot, explicitar o aspecto paradoxal da ironia.

Em (04), por exemplo, segundo a análise de Ducrot, o enunciador, responsável pela opinião de que a aluna seria uma "aluna séria e direita"²⁸ não é assimilado ao locutor que, por sua vez, apresenta a "opinião" daquele como absurda.

O interessante é que, pela noção de polifonia, enunciados irônicos, que antes, na visão tradicional, eram negligenciados por não se restringirem à classe de antífrases, passam a ter a possibilidade de serem analisados de maneira mais consistente.

A análise proposta por Ducrot abre os horizontes no estudo não apenas da ironia como de outros fenômenos da linguagem (como a nominalização e a negação, por exemplo) e, especialmente, do implícito²⁹.

No entanto, apesar dos avanços propostos por Ducrot, os tropos demandam, ainda, muita investigação já que a delimitação entre um tropo e outro, bem como, sua interseção tanto com pressupostos como com subentendidos e seu status dentro do campo dos fenômenos implícitos da linguagem permanecem, ainda, um tanto quanto nebulosos, como pode ser observado na análise seguinte:

(05) Uma aluna, que copia a matéria do quadro, se dirige à outra aluna que, sentada à sua frente, atrapalhava sua visão:

²⁸ Kerbrat-Orecchioni (1978) aponta para o fato de que a ironia geralmente descreve em termos valorizantes uma realidade que ela trata de desvalorizar. A agressão seria, segundo esta autora, uma propriedade da ironia.

²⁹ No que se refere, especificamente, ao implícito, a teoria polifônica da enunciação permitiu a Ducrot refinar sua análise também da pressuposição. A partir das noções de locutor e de enunciador, ele dirá que a pressuposição é um fenômeno que apresenta dois enunciadores: o primeiro (E1) responsável pelo conteúdo pressuposto e assimilado a uma voz coletiva, a um "on", da qual o próprio locutor faz parte; e o segundo (E2) responsável pelo conteúdo posto e assimilado ao locutor.

- Ei, Carla Perez, baixa a cabeça aí!

Este enunciado é bastante interessante porque nos mostra a importância dos dados extra-lingüísticos na decodificação do conteúdo implícito, bem como, a interseção de diferentes tipos de mecanismos de implicação.

Lançando mão apenas da competência lingüística, apreenderíamos o conteúdo pressuposto veiculado pelo enunciado: /há alguém com a cabeça levantada/. Saberíamos também que se trata de uma frase imperativa.

No entanto, recorrendo tanto aos significantes lingüísticos quanto aos índices extra-lingüísticos e às respectivas competências necessárias para interpretá-los, teríamos as seguintes informações:

- . o advérbio "aí" utilizado, como neste caso, acompanhando uma frase imperativa, reforça o caráter de ordem.
- . "Carla Perez" — que aqui, ancora, lexicalmente, uma metáfora — é uma personagem pública e famosa, principalmente, por sua beleza e sensualidade.
- . Esta personagem era conhecida, na época, como "a loira do Tchan".
- . A aluna, denominada pela locutora como "Carla Perez", chama-se Carla.
- . Carla, a aluna, é negra.
- . Carla, a aluna, não corresponde, em absoluto, aos padrões vigentes de beleza e sensualidade. E o Locutor, neste caso, coloca em cena um Enunciador que defende o indefensável. Deste modo, chamar uma aluna negra e tida como "feia" de *Carla Perez* constituiria uma formulação irônica.

Chegaríamos, então, a partir destes dados, possivelmente, a um *subentendido maldoso*, uma insinuação, do tipo: /Apesar de você se chamar Carla, você jamais será nem tão branca, nem tão bela quanto a 'Loira do Tchan'/.

Subentendido este que surge de um enunciado que veicula pressuposição, metáfora e ironia e que depende, ainda, para sua atualização, da competência enciclopédica do

interlocutor: o conhecimento da figura pública Carla Perez e de alguns de seus atributos, por exemplo.

Este enunciado "simples", do ponto de vista formal, é suficiente para ilustrar que nem só de classificações estanques vive o implícito e que entre o céu da teoria lingüística e a terra da língua em uso, há muito mais mistérios do que poderia supor nossa vã filosofia (ou lingüística).

Não obstante a vertigem constitutiva destes fenômenos, em especial os tropos³⁰, acreditamos não somente que, considerando seu intenso uso nas realizações verbais ordinárias, a pesquisa pragmático-lingüística tem, neles, um grande desafio como também, que sua utilização pedagógica, até então negligenciada, se constitui num tema de primeira ordem no campo da Didática das Línguas.

E tratemos de decifrá-los, antes que eles nos devorem.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J. C. Voulez-vous dériver avec moi? *Communications*, n. 32, p. 61-129, 1979.

ARMENGAUD, F. L'impertinence ex-communicative ou comment annuler la parole d'autrui. *Degrés*, n. 26/27, 01-32, 1981.

AUSTIN, J. *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.

BLACK, M. Como as metáforas funcionam: uma resposta a Donald Davidson. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

³⁰ Não temos meios de definir, de policiar as fronteiras que separam o nome de uma entidade do nome de outra; os tropos não são apenas viajantes — tendem também a ser contrabandistas e, provavelmente, contrabandistas de bens roubados. O que torna as coisas ainda piores é que não há como descobrir se fazem isso com intenção criminosa, ou não" (De Man, 1992:24).

COHEN, T. A metáfora e o cultivo da intimidade. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

DAVIDSON, D. O que as metáforas significam. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

DE MAN, P. A epistemologia da metáfora. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Éditions de , Paris: Minuit, 1984.

_____. *Dire et ne pas dire*. Hermann, Paris: Hermann, 1991.

ECO, U. *Os limites da Interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Col. Estudos)

FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. V.3.

GARDNER, H., WINNER, E. O desenvolvimento da competência metafórica: implicações para as disciplinas humanísticas. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

GOMBERT, J. E. Le développement métalinguistique. Paris: PUF — Presses Universitaires de France, 1990.

GRICE, H. Logique et conversation. *Communications*, n. 30, p. 57-72, 1979.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Problèmes de l'ironie. In: _____. *Linguistique et Sémiologie 2: L'Ironie*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1978.

_____. Le trope: pour une théorie étendue. *Actes du Colloque d'Albi (Languages et Significations)*, 05-10 juillet, École Normale d'Albi, 1982.

_____. *L'implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.

_____. Rhétorique et pragmatique: les figures revisitées. *Langue Française*, n. 101, p. 57-71, 1994.

MEYER, M. *Lógica, Linguagem e Argumentação*. Lisboa: Teorema, 1982.

MOURA, H. M. M. *Significação e contexto* — uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999.

MUECKE, D. C. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RICOEUR, P. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

SACKS, S. *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

SEARLE, J. *Teoria dos atos de linguagem*. Lisboa: Almedina, 1972.

_____. *Sens et expression*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.

SPERBER, D. Rudiments de rhétorique cognitive. *Poétique*, n. 23, p. 389-415, 1975.

SPERBER, D., WILSON, D. Les ironies comme mentions. *Poétique*, n. 36, p. 399-412, 1978.

_____. Remarques sur l'interprétation des énoncés selon Paul Grice. *Communications*, n. 30, p. 80-94, 1979.

_____. *La pertinence — communication et cognition*. Paris: Minuit, 1986.

SWANSON, D.R. Rumo a uma psicologia da metáfora. In: SACKS, S. (org.). *Da metáfora*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.